

Kenneth P. Serbin. *From Revolution to Power in Brazil. How Radical Leftists embraced capitalism and struggled with leadership.* Notre Dame, Notre Dame University of Press, 2019

O Autor estuda a trajetória de revolucionários brasileiros, da luta armada contra a ditadura (entre 1964 e 1974) à adesão às ideias e práticas do regime democrático (entre 1974 e os dias atuais).

Na Parte I (caps 1-4), narra-se a saga revolucionária que se estendeu até 1974. Derrotada a luta armada, inicia-se o processo de integração dos militantes revolucionários à resistência não-violenta à ditadura (Parte I, cap. 5). Nas prisões, no exílio ou no país, os revolucionários participarão das lutas democráticas, nos movimentos sociais e nas disputas eleitorais, processo que se estende durante as décadas de 1980 e 1990 (Parte II, caps. 6-9). Na Parte III (caps. 10-13), narra-se a história de como alguns destes revolucionários assumiram o poder, exercendo-o como lideranças ou como auxiliares, dos anos 1980 à eleição de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002. Os dois últimos capítulos, que também integram a Parte III, analisam os acontecimentos recentes (governos Dilma Rousseff, entre 2010 e 2016; o impeachment desta última, em 2016; o governo Michel Temer, entre 2016 e 2018; e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018).

No prólogo que abre o livro, o Autor expõe objetivos e métodos de trabalho. Suas fontes básicas são depoimentos de 9 ex-militantes de uma das principais organizações de luta armada contra a ditadura, a Ação de Libertação Nacional, a ALN. Ao longo do texto, dialoga-se com extensa bibliografia especializada, brasileira e estrangeira. Há ainda 45 ilustrações (de modo geral, fotografias dos entrevistados) e um índice remissivo.

O texto constitui relevante contribuição à história política do Brasil e, em especial, à compreensão das esquerdas brasileiras nos últimos cinquenta anos. O estudo das metamorfoses sofridas pelos militantes da luta armada, que se transformam em partidários da democracia e da gestão democrática do poder preenche uma importante lacuna. Esperemos que abra caminho para novas pesquisas com este mesmo escopo.

Entretanto, alguns aspectos mereceriam ressalvas.

O autor não explica porque escolheu exatamente a ALN ou os militantes, cujos depoimentos são apresentados como esclarecedores. Dos nove entrevistados, apenas dois acumularam experiência importante de ações armadas (Manoel e Carlos Eugênio). Quanto ao exercício do poder, também apenas dois (Marcio e Aloysio) ocuparam cargos de relevância. Neste sentido, o título presta-se a equívocos. O interessante nos depoimentos seria compreender como, e se, os militantes ouvidos superaram realmente a perspectiva autoritária (luta armada) em proveito de concepções democráticas. Debates a respeito poderiam ter sido aprofundados, pois este aspecto é o coração do trabalho. Em outras palavras: os valores democráticos teriam sido efetivamente incorporados como valores universais ou permaneceram apenas como “instrumentais”, na boa tradição das esquerdas brasileiras? Esta questão central foi abordada, mas não ganhou o devido aprofundamento.

O autor não esconde sua simpatia pelos entrevistados. Daí não necessariamente decorriam erros de avaliação. Mas as opiniões formuladas a respeito dos mesmos são, no mínimo, ambíguas: quase sempre são caracterizados como “idealistas”; em certo momento, a luta armada é aparentada com a ação do pastor Dietrich Bonhoeffer, que conspirou contra Hitler, uma comparação deveras inusitada, mesmo porque várias das ações revolucionárias são caracterizadas como “terrorismo”, uma questão que é

discutida muito superficialmente (pp 13 e 329). Por outro lado, não teria sido importante cotejar os depoimentos registrados com os de outros militantes e também com documentos históricos de diferentes tipos (arquivos da repressão, imprensa, etc.)? Uma opção editorial resolveu conduzir a narrativa até os dias atuais, o que não era essencial ao propósito do livro e provocou um certo desequilíbrio. Os últimos períodos, a partir da posse de Dilma Rousseff, em 2010, foram apresentados e analisados de modo apressado. Mal se discutem as condições e as causas da vitória de Jair Bolsonaro, o que é fundamental para compreender o Brasil atual, mas não para compreender a trajetória dos militantes da luta armada à democracia. Não teria sido prudente terminar o livro nos anos Lula (2002-2010)?

Por abranger um período de meio século, o texto apresenta pequenos erros de fato e de apreciação. Entre outros: o PCB não mudou de nome em 1958, mas em 1961 (p. 10); em 1947, não foi o governo que proscreveu o PCB, mas o Tribunal Superior Eleitoral (p. 10); Prestes e o PCB não apoiaram Getúlio Vargas entre 1950 e 1954, ao contrário, moveram oposição radical ao mesmo, até o seu suicídio (p. 11); o sistema corporativo sindical, instaurado nos anos 1940, não permanece “até hoje”, ao contrário, foi modificado pela Constituição de 1988 e, mais recentemente, pela reforma trabalhista empreendida pelo governo Temer (p. 208); Paulo de Tarso Venceslau não foi expulso do PT “supostamente”(reportedly) por insistência de Lula; a exigência de Lula por sua exclusão foi pública e notória (p. 242).

Nenhum destes reparos questiona a relevância e a oportunidade do livro de Kenneth Serbin que abre um campo original e fecundo de estudos sobre as esquerdas brasileiras.

Dezembro, 2019

Daniel Aarão Reis
Professor de História Contemporânea
Universidade Federal Fluminense